



Anais da Assembleia

Nº 022

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 16.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Doutor Rosinha, José Artur Ritti e Luiz Antonio Setti. (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº S/N.

Senhor Presidente.

Venho através do presente comunicar a Vossa Excelência que a partir desta data solicito a substituição do meu cargo na

Comissão de Constituição e Justiça, ao qual passo ao Senhor Deputado João Iensen, e a suplência para o Senhor Deputado Newton Servo.

Sem mais para o momento apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Lourenço Fregonese, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, regime de "Urgência", ao Projeto de Lei nº 18/91.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

REQUERIMENTO Nº 454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, a Vossa Excelência o encaminhamento de indicação que faz para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes no sentido de que promova estudos avaliativos referentes a problemas de interesse público, envolvendo o descumprimento dos artigos 205, 208, parágrafos 1º e 2º da Constituição Federal, e artigo 138, inciso IX da Constituição Estadual, fundamentados em denúncia (em anexo) de não concessão de acesso à escola pública a todas as crianças em idade escolar, início do ano letivo sem corpo docente contratado e não pagamento aos professores das aulas repostas no ano letivo de 1990.

Termos em que pede deferimento.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) PAULO MAIA.

JUSTIFICATIVA:

Mesmo sabendo que as aulas da rede estadual de ensino deveriam ter início no dia 4 de março do corrente ano (o calendário escolar foi montado pela própria Secretaria de Estado da Educação), este órgão realizou os testes seletivos para escolha de vagas e admissão de professores com contratação pelo regime jurídico de natureza "consolidacional" somente após esta data, dia 07 de março, causando verdadeiro transtorno às escolas públicas, em prejuízo do alunado paranaense.

Nas escolas estaduais, salvo raras exceções, desde o dia 04 de março de 1991 até a presente data, os alunos tiveram apenas uma, duas ou três aulas por período e, depois, foram dispensados, em detrimento da carga horária legalmente exigida.

O desrespeito e o descaso da administração pública, através de seus agentes políticos-administrativos circunstanciais, para com os professores e para com a escola pública, levaram mais de três mil professores da escola pública do Estado a abandonar o Magistério, somente no ano de 1990, segundo dados fornecidos pela própria SEED. Esta política contraria a Constituição Federal, que, em seu artigo 206, inciso V, determina a "valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União". Note-se, porém, que o artigo 138 da Constituição do Estado do Paraná recebe todos os princípios expostos pela Constituição Federal.

No Paraná, existem praticamente dez mil vagas e serem preenchidas por concurso público na carreira do Magistério, principalmente em razão de que desde o ano de 1986 a administração pública não realiza tais concursos, não atendendo sequer o crescimento da demanda. Estas dez mil vagas representam, no mínimo, trezentas mil crianças fora das salas de aula, ou contratações irregulares de professores através de convênios, fora das áreas específicas de habilitação, ou através de vínculos que deveriam tão somente atender às necessidades mais urgentes e excepcionais da coletividade.

Ressalte-se que tais "convênios", ou Termos de Cooperação Financeira, como são denominados na administração, são efetivamente inconstitucionais, pois vão de encontro ao que dispõe o artigo 22, inciso VII da Constituição Estadual, ou seja "...compete exclusivamente à Assembléia Legislativa... aprovar os convênios celebrados pelo Governador com a União, os Estados e com os municípios". No aspecto fático, cumpre também ressaltar, estes convênios firmados entre os municípios e o

Estado são determinantes do desestímulo financeiro dos professores conveniados em razão do insignificante repasse pecuniário efetuado pelo Estado que posta-se, então, como mero agenciador de verbas, sendo que tais repasses muitas vezes são inferiores ao salário-mínimo.

No que tange ao não oferecimento de ensino público gratuito a todas as crianças em idade escolar do Paraná, o que pode ser inferido pela necessidade de realização de novos concursos públicos para atender um volume de aproximadamente dez mil vagas, este fato é reconhecido pelo próprio Secretário de Estado da Educação do recém empossado governador Roberto Requião, Pastor Elias Abrahão, em matéria publicada no "Jornal do Estado", e outros, do dia 19 de março do corrente. Cópia em anexo. Textualmente a matéria contém a afirmação do Secretário da Educação manifestando: "queremos construir de três a quatro mil salas de aula, além de contratarmos mais professores". São palavras do agora Secretário da Educação, ainda: "vamos, através de concurso público para as vagas que ainda faltam ser preenchidas, entre nove e dez mil, normalizar a situação".

Diante das declarações e da realidade reconhecida pelo próprio novo Secretário de Estado da Educação, resta-nos esta indagação: que política administrativa da Educação no Estado do Paraná foi desenvolvida pelo ex-governador Álvaro Dias e Sua Secretária Gilda Poli Rocha Loures quando se sabe que mais de três mil professores abandonaram o Magistério por falta de estímulo e condições mínimas de sobrevivência; quando se sabe que desde 1986 não se realizam concursos públicos de ingresso ao Magistério, em desrespeito ao profissional do ensino em sua carreira; quando se sabe que existem vagas para a admissão de aproximadamente 10 mil novos professores por concurso público; quando se sabe que este volume de vagas representa uma demanda não suprida que hoje faz com que aproximadamente 300 mil crianças estejam fora de sala de aula ou, se atendidas, representam um volume superior a 15% do quadro docente público contratado de maneira irregular?

A administração pública do Paraná, por seus agentes políticos-administrativos, especificamente o ex-governador, e a ex-secretária de Estado da Educação, comprometeram-se, como contrapartida ao fim do movimento grevista deflagrado ano passado pelo Magistério público estadual e que perdurou por 96 dias, a remunerar todas as aulas repostas com valores relativos ao mês em que o pagamento fosse efetuado. A categoria do Magistério honrou o acordo e repôs todas as aulas que deixaram de ser

ministradas naquele período letivo em razão da mobilização, até 31 de janeiro de 1991; o governo do Estado, por sua vez, ainda não efetuou o pagamento embora promettesse fazê-lo até o dia 15 de fevereiro próximo passado.

O então governador, Álvaro Dias, que se recusou a negociar com a categoria durante todo o ano letivo passado, numa conduta intransigente que foi marca de seu governo em relação aos professores, afirmou, como proposta para o retorno daqueles integrantes do movimento paredista, que somavam mais de 80 mil trabalhadores da educação, ao trabalho, que toda aula repostada seria remunerada, numa frase então se tornou célebre: "aula dada, aula paga". Não pagou. Esta conduta aliás, vem em consonância ao entendimento da administração pública do que deva ser o seu relacionamento com os servidores. O artigo 138, inciso IX, da Constituição Estadual, dispõe que a Educação estatal obedecerá aos princípios da Constituição Federal, e mais, o de "uma remuneração condigna aos professores". O governo Álvaro Dias foi responsável pelo rebaixamento do piso da categoria de 3 salários mínimos para apenas 1 salário mínimo, num processo claro de sucateamento da Educação e desprestígio do Magistério e de desleixo em relação à educação. O piso da categoria só não baixa de 1 salário-mínimo porque é proibida a remuneração com menos de 01 salário-mínimo.

REQUERIMENTO N° 441

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental considerando a relevância e importância, para o povo mais carente e para a sociedade no seu todo, da implantação pela Procuradoria Geral da Justiça, através do seu Procurador Geral Dr. Luiz Chemin Guimarães, do serviço de extensão judiciária denominado "Promotoria nos Bairros", requer da douta Presidência da Mesa a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de "votos de louvor e congratulações" ao Poder Judiciário por mais esta conquista popular, cívica e democrática.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê ciência ao Senhor Des. Luiz Renato Pedroso, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, ao Senhor Dr. Luiz Chemin Guimarães, DD. Procurador Geral da Justiça e ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Até há alguns anos o acesso à Justiça mostrava-se bastante difícil, em especial

para as camadas mais carentes e sacrificadas da população. Os "Homens da Capa Preta", como popularmente eram conhecidos os juízes e promotores, chegavam a constranger àqueles que, precisando buscar a Justiça, viam nesses homens inatingíveis, distantes.

Hoje consta-se, com alegria cívica, que a situação vem gradativamente mudando com a democratização da Justiça. Que já não espera ser chamada, mas vai ao encontro daqueles que dela necessitam ou que tiveram seus direitos violentados.

A Procuradoria Geral da Justiça vem se colocando na vanguarda desse trabalho. Na combatividade, na coragem e altruísmo de defensor intransigente da Justiça, do Dr. Luiz Chemin Guimarães, inicialmente indicado como Procurador Geral da Justiça e depois elevado pelo voto de seus pares, encontrou na Procuradoria a viga mestra para propor, tantas e tão importantes mudanças judiciais em favor do povo. Diga-se, do povo sacrificado. Da população sofrida, espoliada e explorada.

Através da implantação de diversas "Promotorias Especiais". O Procurador Luiz Chemin Guimarães vem propiciando o acesso à Justiça a todos aqueles que, sem recursos, buscam solução para seus problemas, tanto de ordem judiciária como administrativa. Problemas do dia-a-dia do povo, como: transporte coletivo, pagamento de taxas e impostos, escola, saúde, segurança pública.

O sucesso da audiência pública, na Vila Oficinas, onde 25 promotores atenderam o povo, prova o acerto da medida da Procuradoria Geral da Justiça e a faz merecedora destes votos da Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO N° 435

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de melhorar as condições do colégio Estadual Milton Carneiro, situado no Jardim Paranaense, nesta Capital.

Salas das Sessões, em 18.03.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

Pais, alunos e professores deste Colégio, reclamam das péssimas condições, em que se encontra o estabelecimento escolar. Dizem que quando chove à noite, no dia seguinte os alunos não conseguem entrar na sala de aula, pois a mesma está cheia de água. Além disso, existe muito mato no pátio do Colégio impedindo os alunos de ficar ali à vontade.

REQUERIMENTO N° 437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido da criação e instalação de uma subdivisão policial sediada na municipalidade de IRATI.

Composta por nove cidades com mais de duzentos mil habitantes, a Região Centro-Sul do Estado vem paulatinamente contando com uma infra-estrutura para dar condições ao seu desenvolvimento. Neste sentido, é de capital importância que o setor da segurança pública também acompanhe o processo de crescimento, se adaptando às novas e reais necessidades.

Consubstanciado na iniciativa do nobre Vereador Orlando Agulhan Júnior, formulada através de requerimento aprovado unanimemente, a implantação de uma subdivisão policial vem ao encontro de tal preocupação, à medida em que proporcionará um atendimento condizente às exigências daquela comunidade. Ademais, será possível sobretudo a realização de um trabalho preventivo, cuja atuação terá reflexos positivos na diminuição considerável dos índices de criminalidade.

Pelos motivos expostos, aguarda-se um pronto pronunciamento por parte dessa Pasta, favorável a tão importante reivindicação.

Sala das Sessões, em 19.01.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação e ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho e da Ação Social, solicitando a permanência de aposentadoria por tempo de serviço para a Classe do Magistério, nos termos da Constituição Federal vigente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Deputados Federais e Senadores do Paraná, no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de reconstrução Nacional, do Governo Collor, prevê a retirada da Constituição Federal das aposentadorias por tempo de serviço.

A classe do magistério movimentou-se no Brasil inteiro, antes do Governo Collor, para que se implantasse a aposentadoria por tempo de serviço, sendo de 30 anos para o sexo masculino e de 25 anos para o sexo feminino. Após anos de batalha no

Congresso Nacional, o magistério conseguiu emendas constitucionais, quer na Constituição Federal, quer nas Constituições Estaduais, vigentes antes das atuais Constituições, frutos das Assembléias Constituinte Federal e Estaduais.

Para conseguir, tal intento, o magistério nacional, numa mobilização sem precedentes em sua história, aduziu argumentos importantes, tais como, a função penosa do magistério, o desgaste psicológico do professor em sala de aula e outros.

A cassação da aposentadoria por tempo de serviço, do professor, é um ato antidemocrático e contra os interesses da própria educação do País, que muito vai perder com permanência na atividade, de docentes sem condições físicas e psicológicas de trabalho.

REQUERIMENTO N° 439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando obras de construção de estrada, ligando Maringá ao Distrito de Ângulo, em Iguaraçu.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista ser reivindicação antiga dos moradores da região, e virá de encontro com a própria política governamental que é de promover o homem do campo, melhorando as condições de vida daqueles que através da agricultura e pecuária produzem riqueza e promovem o progresso da Nação.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) JOÃO PREIS.

REQUERIMENTO N° 440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a viabilidade de execução de pavimentação asfáltica da rodovia que liga o município de Mandaguáçu das localidades do distrito de Pulinópolis, Venda Moreschi ao Bairro do Andreoti.

O acesso a estas localidades é bastante utilizado inclusive para escoamento de produção agrícola e encontra-se em precárias condições de tráfego, mormente em época de chuva, causando sérias dificuldades aos que dele necessitam se utilizar.

Assim, temos certeza que a Secretaria dos Transportes se empenhará no atendimento desta justa reivindicação daquela Comunidade.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) JOÃO PREIS.

REQUERIMENTO N° 447

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes Dr. Mário Pereira, solicitando a pavimentação asfáltica da Estrada que liga Rio Branco do Sul e Cerro Azul, por ser medida de essencial importância ao desenvolvimento econômico da região.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) CLEITON KIELSE.

REQUERIMENTO N° 448

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Regional dos Transportes José Henrique D'Amorin Figueiredo, solicitando uma urgente definição acerca da BR.476 - Estrada da Ribeira - no trecho entre Bocaiúva do Sul e Adrianópolis, que necessita de pavimentação asfáltica.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) CLEITON KIELSE.

REQUERIMENTO N° 451

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo estadual à Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S/A, nesta Capital, solicitando maiores informações sobre a construção da Ferrovia da Produção, trecho Curitiba-Paranaguá, inclusive, com relatório das obras já construídas.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Desde a nossa chegada a este Poder Legislativo, em 1987, defendemos a realização das obras para conclusão da Ferrovia da Produção, pelos inquestionáveis benefícios que trará ao Paraná.

Hoje, mais do que nunca, a campanha está reavivada, com a participação de importantes segmentos da sociedade, como os empresários, políticos e veículos de comunicação.

Assim, torna-se imperativo o acúmulo do maior volume possível de informações sobre a obra, para que, deste Poder, possamos colaborar para efetivação da nossa Ferrovia da Produção, trecho CWB-PGUÁ.

REQUERIMENTO N° 452

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM o envio de expediente ao

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão, solicitando do mesmo viabilização de um núcleo de Educação Regional no município de Dois Vizinhos, tendo em vista que o núcleo de Francisco Beltrão não comporta atendimento adequado aos 18 municípios de sua abrangência.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) OVÍDIO CONSTANTINO;

ERNANI PUDELL e

FLORISVALDO FIER.

Apoio: José Afonso Júnior, Alceu Swaroski, Domingos Carvalho, Emília Belinati, Paulo Maia e Rafael Greca de Macedo.

JUSTIFICATIVA:

Há uma sobrecarga de atendimento, no núcleo de Francisco Beltrão, que atende 18 municípios.

Verificamos vários municípios reclamarem de não conseguirem ser atendidos pelo núcleo regional. Defendemos que a descentralização do trabalho, com mais um núcleo, atenderia com mais eficiência os municípios.

Dois Vizinhos, também, sendo um município pólo regional, cumpriria este papel de sede regional, envolvendo os municípios vizinhos.

REQUERIMENTO N° 453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual Marechal Costa e Silva, no município Pérola.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhores Secretário Municipal da Educação e ao Senhor Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 19.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- Se considerando que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida

pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Durval Seifert em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos senhores Secretário Municipal de Educação e ao Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no

sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Isa Mesquita em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos senhores Secretário Municipal de Educação e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 457

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio do Expediente ao Excelentíssimo Desembargador Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, visando solicitar seu especial empenho no sentido de criar a Vara de Menores da Comarca de Foz do Iguaçu, a única entrância final que não dispõe dessa jurisdição privativa.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(aa) ADEMAR TRAIANO

DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento está sendo encaminhando a este douto Plenário em atendimento à solicitação a nós encaminhada pelo Excelentíssimo Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu, DR. JAMIL NAKAD, e visa fazer cumprir o disposto no Art. 221 da Constituição Estadual.

Segundo o art. 221 da Constituição Es-

tadual:

"Art. 221. A lei criará, quando da elaboração do Código de Organização e Divisão Judiciárias, varas especializadas e exclusivas para o atendimento dos direitos dos menores nas comarcas de entrância final."

Assim sendo, tendo em vista o acima disposto, e considerando-se ser comarca de Foz do Iguaçu a única entrância final que não dispõe dessa jurisdição privativa e que, outrossim, o município de Foz do Iguaçu criou a Secretaria do Menor, justamente para dar suporte ao Juizado de Menores, finalizamos o presente requerimento certos de que o assunto em tela receberá a atenção que lhe é devida.

REQUERIMENTO N° 459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao DELEGADO DA RECEITA FEDERAL, Senhor NORTON JOSÉ SIQUEIRA SILVA, no sentido de que seja viabilizado através de doação de um aparelho de televisão e de videocassete para a Entidade LAR SÃO VICENTE DE PAULO - UMUARAMA/PR.

Do aprovado, requer ainda, que seja enviado cópia ao ilustre, Presidente da Entidade, senhor Luiz Petinati (PR323-s/n-próx. Parque Exposição).

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo, entidade que abriga em regime de internato total, 270 asilados pobres, idosos, sem família e muitos deles doentes, oriundos da região, de outro Estado - Mato Grosso do Sul - e do vizinho País - Paraguai.

O Asilo oferece moradia, alimentação, asseio, assistência médica, psíquica e hospitalar.

As despesas são enormes e a situação financeira é precária. Um dos programas elaborado pela Diretoria para entretenimento dos idosos consta da utilização de várias voluntárias que promovem atividades de lazer, de cultura, de oração a fim de minimizar a solidão daqueles que lá se encontram.

A solicitação em tela em muito viria contribuir para o êxito dessas atividades, além de oferecer a esses pobres velhinhos momentos de alegria e lazer.

REQUERIMENTO N° 460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial à SUPERINTEN-

DÊNCIA DA LEGIAO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA, em Curitiba, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a Escola Especial Nice Braga - Umuarama, para a compra de um veículo de transporte - microônibus e/ou Kombi.

Do aprovado, requer ainda, o envio de correspondência ao Prefeito Municipal de Umuarama, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Secretário Municipal de Educação do Município.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Especial Nice Braga, que tem por mantenedora a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, conta atualmente com 105 alunos matriculados, a partir de 0 anos de idade até a idade adulta. Faz parte do seu trabalho o transporte dos alunos para a escola, para a qual necessita de uma Kombi e/ou microônibus, para percorrer cerca de 80 a 100 Km diário.

A Ação que a Entidade desenvolve é de relevância para os municípios e para a região, uma vez que existem crianças de outros municípios lá matriculados e como o município já arca com parte dos custos, bem como a comunidade de Umuarama, vimos apelar para a LBA ajudar na aquisição deste veículo.

REQUERIMENTO N° 461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Senhor SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para o recapeamento da rodovia que interliga o Distrito de Ivaté ao trecho denominado Curva Seca, no município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER ainda, o envio de expediente ao ilustre Prefeito Municipal, Senhor Alexandre Ceranto, à digníssima vereadora Prof.^a Elmida Panazzolo e ao Presidente da Câmara Municipal, vereador Inácio Pereira Pinto, bem como ao vereador Dario Benedito Anselmo de Souza.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho em tela vem sofrendo deteriorização de forma acelerada, devido a constituição do solo de arenito do caiúá, e o tráfego intenso naquele local.

A Prefeitura Municipal não tem condições de arcar com tal reparo e diante das dificuldades e das exigências da comunidade local, apela à benevolência e compreensão do Secretário de Estado.

REQUERIMENTO N° 449

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná do documento "AFICTF-SINDI/SEAB - Uma Contribuição dos Servidores do ITCF".

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O documento em questão faz parte da mobilização dos servidores do ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas diante da possibilidade de seccionamento do ITCF, por ocasião da posse do novo Chefe do Poder Executivo, quando uma parte do órgão passaria à Secretaria do Meio Ambiente e outra, ficaria ligada à SEAB.

Entretanto, com a posse do Governador Roberto Requião - e numa decisão de acentuada inteligência - a cisão não se consumou e o órgão permanecerá na sua íntegra, subordinado à Secretaria do Meio Ambiente; numa visão que preconiza a integração dos aspectos produtivos com os ambientais, determinando a integração das ações públicas, dissipando-se a visão segmentada das questões como solo, água, flora e fauna.

Aliás, foi com este espírito que os profissionais do ITCF desenvolveram seus trabalhos até aqui.

De qualquer forma, o momento é muito oportuno para reafirmação da vocação dos servidores do ITCF no momento e que se fala em otimização dos serviços públicos.

Pelo presente requerimento, o Poder Legislativo posiciona-se favoravelmente à manutenção da unicidade do ITCF, como órgão integrado e da continuidade e desenvolvimento das suas atividades de regularização fundiária, Cartografia Oficial do Estado e preservação dos recursos naturais renováveis e da manutenção de seu Quadro de Pessoal, independente de sua vinculação administrativa.

Que do teor do presente dê-se ciência ao SINDI-SEAB, ao Secretário do Meio Ambiente e ao Governador do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 450

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais do Poder Legislativo do Estado, do artigo "Reflexões para 1991", do Professor DEMIAN CASTRO, publicado no Informativo ANÁLISE CONJUNTURAL, do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Num artigo claro e estruturado, o professor Demian Castro, técnico da equipe permanente do Análise Conjuntural, traça um perfil do momento nacional, quando todas as atenções estão voltadas para o campo econômico - de onde espera-se que saiam soluções para todos os nossos problemas.

Abordando todos os experimentos históricos para acabar com a inflação, desde os mais ortodoxos até os mais heterodoxos, o professor acaba concluindo que, muito embora as fronteiras entre as duas tenha desaparecido, a inflação permanece.

"Apesar da rígida política monetária, das taxas de juros elevadas e da recessão, o governo não conseguiu vencer a inflação, que se encontra no patamar dos 20%. Nesse sentido, algumas indagações merecem destaque: existe ainda no inventário do instrumental econômico alguma fórmula para eliminar a inflação, ou, pelo contrário, a inflação não terá, por acaso, um forte componente político estrutural requerendo, portanto, uma inexorável solução política?" - pergunta Demian Castro.

Sem dúvida alguma, o componente político tem peso preponderante no complexo problema econômico do Brasil - fato para o qual alguma de nossas autoridades naquela área ainda não se despertaram.

Não afirmasse, ainda, outras coisas com a mesma propriedade, o artigo bastaria, apenas, por haver proposto esse questionamento.

Por esta razão, deve constar dos Anais deste Poder Legislativo - uma Casa Política - de onde emanam decisões políticas.

Que do teor do presente dê-se ciência ao autor do texto transcrito.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 01-91

Artigo Único - É indicado o Doutor ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro ANTONIO FERREIRA RUPPEL.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1° Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2° Secretário

Comissão Executiva

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com o disposto pelo inciso XVIII, do artigo 54, da Constituição do Estado, cabe a esta Assembléia a indicação de cinco sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

E de acordo com o que estabelece o artigo 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tal iniciativa cabe-

rá em relação às cinco primeiras vagas ocorridas a partir da promulgação da carta Estadual.

Com a aposentadoria do eminente Conselheiro Antônio Ferreira Ruppel, surge a oportunidade desta Casa Legislativa proceder à segunda indicação para o apontado cargo, tendo recaído a escolha, pelo apoio de expressiva maioria de parlamentares, na pessoa do nobre Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

Deputado Estadual por três legislaturas, o Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO tem longa e profícua folha de serviços prestados como parlamentar, tendo sido em 1983 Presidente da Comissão de Orçamento e Membro das Comissões de Constituição e Justiça; Comissão de Tomada de Contas; Comissão de Saúde Pública; Comissão de Cultura e Esportes; em 1984 Presidente da Comissão de Orçamento e Membro das Comissões de Constituição e Justiça; Comissão de Tomada de Contas; Comissão de Cultura e Esporte; Comissão de Saúde Pública; 1985 Membro da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças; Comissão de Indústria e Comércio; Comissão de Segurança Pública; 1987 Presidente da Comissão de Orçamento e Membro das Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Obras Públicas; Comissão de Indústria e Comércio; Comissão de Defesa ao Consumidor; Comissão de Tomada de Contas; Comissão Especial de Reforma à Constituição; 1988 Membro das Comissões de Indústria e Comércio; Comissão de Constituição e Justiça; Comissão Especial para acompanhar a aplicação de recursos provenientes de Operações de Crédito a serem contratados pela Copel; 1989 Membro das Comissões de Indústria e Comércio e Reivindicação Popular; 1988 Líder de Bancada; 1989 Líder de Governo.

Advogado, pela Universidade Federal do Paraná, possui o indicado plenas condições para exercer com proficiência e denodo o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, razão que leva a Comissão Executiva a formular ao Plenário a presente indicação, confiante na sua aprovação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 80/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Hospital São Vicente de Paulo, sediado em Pitanga-PR, fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Hospital São Vicente de Paulo, de

Pitanga-PR, desde a sua instituição, caracteriza-se pela prática da caridade para com os necessitados.

A sua permanente atuação social ensina e justifica, plenamente, a declaração que se propõe.

PROJETO DE LEI N° 81/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o município de Pirapó, com território desmembrado do município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas.

Começa na foz do ribeirão dos Dourados, no rio Pirapó, sobe por este até a foz do ribeirão Ipiguá pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do correjo Hacotiara e por este abaixo até o ribeirão Maraté, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a Estrada Municipal n° 100, divisória com o município de Cambira, seguindo pela referida estrada rumo norte até seu cruzamento com o ribeirão dos Dourados, daí desce por este até a sua foz no ribeirão Pirapó, ponto de partida.

Memorial descritivo do Perímetro Urbano, abaixo descrito:

"Principiando no cruzamento da BR-369 com a Travessa Mambuca, segue pela travessa Mambuca até a linha férrea; deste ponto segue pela linha férrea até a Travessa Sibriema; deste ponto segue pela Travessa Sibriema até a Avenida André Hernandez; deste ponto segue pela Avenida André Hernandez até a Rua Grauna; deste ponto segue pela Rua Grauna passando pela divisa dos lotes 222, 219 e 218; deste ponto segue pelo lote n° 218 até a Rua Itaguaçu, seguindo pela Rua Itaguaçu até a Rua Maraté; deste ponto segue pela Rua Maraté até a divisa do Cemitério, contornando e incluindo o Cemitério até a Rua Erwin Schindler; deste ponto segue pela Rua Erwin Schindler até a Rua Itaguaçu; deste ponto segue pela Rua Itaguaçu até o seu final, nos fundos do campo de esportes; deste ponto segue pela divisa do campo de esportes e do lote n° 225 até a divisa do lote n° 184; deste ponto segue pela divisa do lote n° 184 até uma estrada; deste ponto segue pela estrada até a Rua André Hernandez; deste ponto segue pela Rua André Hernandez até a divisa do lote n° 227; deste ponto segue pela divisa do lote n° 227, 228 e 62 até a BR-369; deste ponto segue pela BR-369 até a Travessa Mambuca, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE LEI N° 82/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A alínea "a", do art. 19, da Lei n° 4.766, de 16 de novembro de 1.963, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 19 - São beneficiários obrigatórios:

a) o cônjuge, ou companheira (o).

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoiamento: Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Neivo Beraldin, Elío Rusch, Dirceu Manfrinato, Dalton Machuca, Orlando Pessuti, Artagão Mattos Leão e José Afonso Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Não há, no universo inteiro, princípio mais correto do que o que proclama a igualdade entre as pessoas.

Ele faz parte dos direitos humanos e é consagrado pela Carta Magna brasileira, que preceitua a igualdade das pessoas perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza.

Por outro lado, é um sentimento inerente ao ser humano.

Dessa forma, se por sentimento ou dispositivo legal consagrado somos todos iguais, porque tratar os iguais com desigualdade?

A Lei que ora proponho a esta Assembléia objetiva corrigir uma distorção oriunda de um passado preconceituoso, que privilegiava uns em detrimento de outros.

A Lei n° 4.766 é um desses exemplos que chocam com a realidade de nossos dias. Sua concepção foi atropelada não-apesar pelo desenvolvimento cultural, social e econômico experimentado pela Sociedade relativamente à cidadania, mas, principalmente, pela Constituição de 1.988 que coloca homem/mulher no mesmo patamar. A prova dessa afirmação está no capítulo reservado à Previdência Social - inciso V, do art. 201.

O Paraná não pode continuar amarrado a uma lei arcaica e sobretudo injusta: Arcaica, porque o tempo está se encarregando de mostrar que a discriminação - venha de onde vier - é antipática, odiosa e ilegal; Injusta, porque não se concebe que o segurado do IPE do sexo feminino, passe a vida inteira contribuindo e não possa gozar da cobertura de eventos prescritos na lei, quando o homem é o descontado, o que paga.

A discriminação contida na Lei n° 4.766, de novembro de 1.963, é mais grave

porque atinge a mulher que paga e o homem que deveria auferir o direito à Pensão seja ele marido ou companheiro.

Nessas condições, apelo ao elevado espírito de compreensão e solidariedade humana que norteiam a atividade parlamentar dos Nobres Pares, no sentido de que nos ajudem a aprovar a presente Lei, que tem por objetivo atualizar a legislação paranaense à modernidade de hoje e, principalmente, de fazer JUSTIÇA!

PROJETO DE LEI N° 83/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná a "ARY GRILLO DE SOUZA LOBO".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Antonina, aos 6 de agosto de 1.909, Ary Grillo de Souza Lobo, após cursar os ciclos básicos no Ginásio Paranaense, concluiu o curso de Medicina na Escola de Medicina da Universidade Fluminense, de Niterói.

Exerceu vários cargos de Chefia na Pasta da Saúde de nosso Estado, predominando esse desempenho funcional na área do combate à malária.

O "curriculum vitae" que anexamos demonstra a dedicação de toda a sua vida profissional a esse objetivo.

Ary Grillo de Souza Lobo, pelo seu passado de servidor público idealista e batalhador pode ser considerado como o responsável pela erradicação definitiva da malária em nosso Estado.

Isto, sem dúvida alguma, lhe confere a condição de cidadão benemérito de nosso Estado.

Assim, o presente projeto quer tão-somente converter em norma legal o título que o homenageado adquiriu ao longo de sua fecunda carreira no serviço público.

Esta particularidade enquadra a medida na legislação pertinente e garante a unânime aprovação da Casa.

PROJETO DE LEI N° 84/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Artigo 1° da Lei Estadual n° 7.777, de 13 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Os pensionistas do Instituto de Previdência do Estado, IPE, perceberão, à parte e exclusivamente no mês de

dezembro de cada ano, uma gratificação especial, correspondente ao valor integral da pensão normal desse mesmo mês.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 7.777, de 13 de dezembro de 1983, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 3º -

Parágrafo Único - Sobre a gratificação especial prevista na Lei nº 7770, de 13 de dezembro de 1983, incidirá desconto previdenciário, no mesmo percentual da contribuição recolhida sobre a remuneração normal do mês de dezembro.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados colhidos junto ao advogado Gil César Dantas Bruel, que vem obtendo várias liminares em Mandados de Segurança impetrados por pensionistas do IPE, para assegurar que lhes sejam pagos os 13º salários de 1988, 1989 e 1990, no mesmo valor das pensões normais do mês de dezembro, a situação atual sobre a matéria, é a que passamos a relatar:

I - Em 13 de dezembro de 1983, foram sancionadas, pelo Chefe do Poder Executivo, as Leis nºs 7.770 e 7.777, que tratam da concessão de gratificação especial ou 13º salário aos servidores em atividade e aposentados, bem como, aos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado, IPE, respectivamente.

II - Aos servidores em atividade e inativos, essa gratificação especial correspondia ao vencimento básico, enquanto que, para os pensionistas, foi concedido um salário mínimo.

III - Na época, a Lei permitia que se procedesse dessa maneira, diferenciando os valores da gratificação.

IV - Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que previu o pagamento do 13º salário no valor da remuneração integral do servidor, o Chefe do Poder Executivo regulamentou o pagamento da gratificação especial devida aos servidores em atividade e inativos, através do Decreto nº 4.297, de 1º de dezembro de 1988, omitindo-se quanto à forma de pagamento da mesma gratificação concedida, na mesma data, 13 de dezembro de 1983, aos pensionistas.

V - Ocorre que, sobre o 13º salário que vem sendo pago de forma integral aos servidores, desde 1988, tem incidido a contribuição previdenciária prevista no artigo 2º deste Plano de Lei, sem que haja a respectiva contra-prestação.

VI - Os artigos 7º VIII; 40, §§ 4º e 5º da Constituição Federal, combinados com o

35, §§ 3º e 4º, da Constituição Estadual, determinam que seja dado o mesmo tratamento aos pensionistas.

VII - Em vista disso, procuramos elaborar o presente Projeto de Lei, de maneira e não interferir nas gratificações de 1988, 1989 e 1990, que se encontram "sub-judice", e no percentual atual das pensões (60% - sessenta por cento), mas, objetivando, unicamente, regulamentar, em definitivo, a forma de pagamento do 13º salário, ou gratificação especial, aos pensionistas do IPE.

VIII - A fonte de custeio é a própria incidência da contribuição previdenciária sobre tal gratificação, pois é sabido que estas, por si só, cobrem todas as despesas do benefício.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio que convida o Deputado Heinz Herving, para assumir a Presidência.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"No momento em que o novo período legislativo está definitivamente instalado é oportuno voltarmos a refletir sobre um importante assunto que tanto polemizou as últimas sessões do período legislativo anterior. Refiro-me ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE. Fatos novos e significativos justificam a retomada da discussão.

Antes, porém, vamos rememorar e é importante destacar que, eu tenho acompanhado o processo desde o início, vi sempre nessa luta a defesa da Instituição BRDE e não uma atitude corporativista.

Aos Parlamentares antigos peço escusas se for eventualmente repetitivo; aos novos peço permissão para passar-lhes as importantes informações que tenho em mão para que tenham subsídios para decisões sobre o assunto BRDE.

Há 30 anos, em 1961, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, criaram o CODESUL, cuja função é estabelecer linhas políticas de atuação para o desenvolvimento da Região e fizeram do BRDE o executor dessas políticas.

Ao longo de 30 anos, foram relevantes os serviços prestados por esse Banco que aplicou US\$ 9.0 bilhões (nove bilhões de dólares), dos quais US\$ 3,0 bilhões do Paraná (1/3 da nossa participação na sociedade), o que inegavelmente resultou na melhoria das condições de vida da Região Sul.

Em março de 1989, passando o BRDE dificuldades em decorrência de compromissos não honrados pelos Estados, sofreu um pro-

cesso de liquidação extrajudicial.

Resolvidas as pendências no mercado financeiro, o Banco passou, a partir de março de 1990, a viver um regime de administração especial que acaba de ser prorrogado.

Ao ser levantada a liquidação, o BRDE voltou a saldar seus compromissos, especialmente com o BNDES a quem já foram remetidos mais de US\$ 200,0 milhões, sem que a Região tenha recebido qualquer recurso para aplicar.

A movimentação de parlamentares foi intensa, a começar pelo encontro de Florianópolis, ocorrido naquela Capital e no qual definiram-se linhas de atuação para que o BRDE voltasse a operar normalmente.

Os acertos com o BNDES estavam encaminhando-se para um desfecho satisfatório. Aquela Instituição já havia destinado montante de recursos a serem investidos na Região. O Governo do Paraná, porém, anulou todo esse esforço, quando, em novembro de 1990, enviou a esta Casa "Mensagem" solicitando autorização para proceder a retirada do nosso Estado do Convênio CODESUL/BRDE.

No período de tramitação da Mensagem, houve avanços e recuos. O assunto é palpitante e polemizou as sessões. Criou-se afinal, uma Comissão Especial para estudar o Sistema Financeiro Estadual e da qual eu mesmo participei.

Os Parlamentares entenderam que o BRDE devia ser estudado no contexto financeiro oficial que inclui outras 2 instituições do Estado. Todos os partidos fizeram-se representar na Comissão Especial.

Após ouvir representantes dos 3 bancos oficiais, Secretaria da Fazenda e Banco Central, a Comissão elaborou o Relatório que foi aprovado na íntegra e por unanimidade.

Foram várias as conclusões, sendo a principal a de sustar a votação da Mensagem do Governador, envolvendo o BRDE e criar Grupo de Trabalho para detalhar o estudo sobre o sistema financeiro estadual e sugerir ainda a nova equipe de Governo ações pertinentes para equacionar o problema, sem deixar seqüelas indesejáveis.

Embora elogiado pela seriedade com que foi feito, o RELATÓRIO foi rejeitado pelo Plenário que decidiu pela imediata votação e aprovação da Mensagem, do que resultou a Lei que autorizou o Executivo a proceder a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE, o que seria um erro de que o Estado sofreria sérias perdas.

A pergunta que nos ocorria era:

Se o BRDE está saneado e pronto a operar, porque insistir em extingui-lo?

Incompreensível. Apesar de insistentes alertas, fez-se a vontade do Governador e votou-se a Lei.

No entanto, em 14 de março último, portanto, muito recente, houve um fato novo e de extrema relevância: fruto de uma ação popular, eu chamo a atenção dos Senhores Deputados, em que são réus, o Estado do Paraná e o BADEP, foi expedida uma liminar, sustando a aplicação da lei aprovada nesta Casa, porque o seu texto está eivado de erros, incongruências e indefinições quanto ao destino do pessoal cuja estabilidade é garantida por lei.

Quanto aos bens remanescentes, cujo destino seria o BADEP, o ato foi considerado lesivo ao patrimônio público, uma vez que o BADEP é uma empresa de economia mista e está em liquidação.

Para nós, que sempre lutamos pela manutenção do BRDE, esta vitória nos deu mais um alento para conclamar novamente todos os parlamentares, antigos e novos, para se unirem nessa luta.

Essa briga vale a pena. Para encerrar, uma pergunta para se refletir: Se o BRDE não estivesse saneado e apto a voltar a operar, estaria o Banco Central disposto a prorrogar o prazo de administração especial?

O Banco sabe, e nós também sabemos, que ao BRDE só falta uma decisão política para voltar a fazer aquilo para que foi criado: O Desenvolvimento da Região Sul.

Se essa decisão política não vier, o Paraná ficará, eu repito, mais uma das tantas vezes que eu aqui falei, sem nenhum Banco de Desenvolvimento e continuará sendo o celeiro do Brasil, transferidor de riquezas a outras regiões, porque não defendemos nem as coisas que são nossas, por absoluto cinismo e hipocrisia.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu pediria permissão ao Líder do meu Partido, Deputado Geraldo Cartário, se eu poderia usar o Horário da Liderança do partido?

(Assentimento).

Muito obrigado!

E nós alertamos este Plenário, na época, em relação a esta Mensagem do Governador, que ela deveria ser retirada, ser enviada de volta ao Plenário, ser refeita esta Mensagem e encaminhada, novamente, para esta Assembléia. Infelizmente, fomos voto vencido naquela ocasião, também.

(Recomeça a ler):

"Para nós, que sempre lutamos pela manutenção do BRDE ... (até) ... por absoluto cinismo e hipocrisia".

E eu tenho em mãos, inclusive para lembrar, a Mensagem encaminhada para esta Casa, pelo Governador, quando ele fala que a extinção, a saída do Paraná do BRDE seria para fortalecer o BADEP.

Todos sabem que o Governo quer acabar

com o BADEP, também. Então, a Mensagem que veio para a Casa, naquela época, dizia, no artigo 2º. (Lê):

"Em qualquer das duas hipóteses, referidas no artigo anterior, o acervo líquido do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BRDE, que couber ao Estado do Paraná, será destinado prioritariamente ao reforço do patrimônio do Banco de Desenvolvimento do Paraná, o BADEP".

Então, vejam aqui na liminar, que eu tenho em mãos, liminar concedida pela MM. Juíza Anny Mary Kuss Serrano, Juíza de Direito, diz num dos tópicos (Lê):

"Certifico a pedido verbal da parte interessada que, revendo em Cartório os autos de Ação Popular nº 9.119, requerida por Élio Hamilton Delfini contra o Estado do Paraná e Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., BADEP... ", aí, adiante, diz: (Lê):

"O autor demonstrou suficientemente a iminência de possível lesão ao patrimônio público com a retirada do Paraná do BRDE, ou sua liquidação e a conseqüente transferência de bens ao BADEP, em liquidação, ou à sociedade anônima Banco do Estado do Paraná, o que sem dúvida, poderá constituir-se em ilegalidade".

Então, vejam, Senhores Deputados, que tudo que nós alertamos, e este aqui foi o Relatório da Comissão Especial, que foi até Brasília inclusive, ouvir pessoas ligadas ao Banco Central, com dados importantíssimos aqui.

Evidentemente que nós não temos tempo para relatar aqui, mas o Relatório foi um dos mais completos, foi um dos trabalhos mais bonitos, feitos por esta Assembléia, nos últimos tempos.

Levado muito a sério, sem paixões partidárias, sem interesse pessoal, nada, absolutamente nada. Infelizmente, em Plenário, este Relatório, que foi aprovado por unanimidade, na Comissão Especial, e acabou não passando aqui no Plenário.

Hoje está aí, tudo aquilo que nós alertamos aqui, desta tribuna, está aqui neste papel que é a liminar que foi conseguida pela juíza, numa ação popular movida por Élio Hamilton Delfini.

Por isso que eu convoco os Senhores Parlamentares à uma nova reflexão em relação ao BRDE, porque esta Casa muito em breve vai votar a extinção do BADEP, vai discutir o problema do BADEP, e aliás o Deputado Basílio Zanusso, me parece que vai focalizar o seu pronunciamento no Grande Expediente em cima do problema BADEP, me parece, não estou bem certo.

Então é preciso que mais uma vez esta Casa reúna as cabeças pensantes para que possamos analisar, com muito cuidado, sem nenhuma paixão partidária, sem nenhum interesse político sem tentativa de ferir a

vontade do Governador ou não. A verdade é que nós não queremos que o Paraná sofra, que o Paraná perca a oportunidade de continuar, com pelo menos um Banco de Desenvolvimento, para um esforço maior da região sul.

Por isso eu convoco a todos para uma reflexão, passaremos aos Senhores Parlamentares, uma cópia desta ação popular, desta liminar, e evidentemente, que cada um já deve ter, se não têm nós faremos chegar até aos Senhores, uma cópia do Relatório, para que possamos novamente vir a discutir, neste Plenário, alto e bom som a situação do BRDE e do BADEP também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em respeito à Comissão de Educação desta Casa nós estamos fazendo uma indicação a esta Comissão, com os seguintes teores e inclusive eu acredito que corresponde a algumas expectativas, inclusive dos Senhores Deputados, com relação ao que falávamos ontem:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

(Lê):

SÚMULA: Faz indicação (art. 128 da Resolução 159/90) à Comissão de Educação, Cultura e Esportes no sentido de que promova estudos sobre problemas de interesse público de sua competência, nos termos do artigo 33, inciso II, da mesma Resolução.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a Vossa Excelência o encaminhamento de indicação que faz para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes no sentido de que promova estudos avaliativos referentes a problemas de interesse público, envolvendo o descumprimento dos artigos 205, 208, parágrafos 1º e 2º, da Constituição Federal, e artigo 138, inciso IX, da Constituição Estadual, fundamentados em denúncia (em anexo) de não concessão de acesso à escola pública a todas as crianças em idade escolar, início do ano letivo sem corpo docente contratado e não pagamento aos professores das aulas repostas no ano letivo de 1990.

Termos em que pede deferimento.

Curitiba, 19.03.91.

(a) PAULO MAIA

INDICAÇÃO À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES.

JUSTIFICATIVA:

Mesmo sabendo que as aulas da rede estadual de ensino deveriam ter início no dia 04 de março do corrente ano (o calendário escolar foi montado pela própria Secretaria de Estado da Educação), este órgão realizou os testes seletivos para escolha de vagas e admissão de professores com contratação pelo regime jurídico de natureza "consolidacional" somente após esta data dia 7 de março, causando verdadeiro transtorno às escolas públicas, em prejuízo do alunado paranaense.

Nas escolas estaduais, salvo raras exceções, desde o dia 04 de março de 1991, até a presente data, os alunos tiveram apenas uma, duas ou três aulas por período e, depois, foram dispensados, em detrimento da carga horária legalmente exigida.

O desrespeito e o descaso da administração pública, através de seus agentes político-administrativos circunstanciais, para com os professores e para com a escola pública, levaram mais de três mil professores da escola pública do Estado a abandonar o Magistério, somente no ano de 1990, segundo dados fornecidos pela própria SEED.

Esta política contraria a Constituição Federal, que, em seu artigo 206, inciso V, determina a "valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o Magistério Público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União".

Note-se, porém, que o artigo 138 da Constituição do Estado do Paraná, recebe todos os princípios expostos pela Constituição Federal.

No Paraná, existem praticamente dez mil vagas a serem preenchidas por concurso público na carreira do Magistério, principalmente em razão de que desde o ano de 1986 a administração pública não realiza tais concursos, não atendendo sequer o crescimento da demanda.

Estas dez mil vagas representam, no mínimo, trezentas mil crianças fora das salas de aula, ou contratações irregulares de professores através de convênios, fora das áreas específicas de habilitação, ou através de vínculos que deveriam tão somente atender às necessidades mais urgentes e excepcionais da coletividade.

Ressalte-se que tais "convênios", ou Termos de Cooperação Financeira, como são denominados na administração, são efetivamente inconstitucionais, pois vão de en-

contro ao que dispõe o artigo 22, inciso VII, da Constituição Estadual, ou seja:

"... compete exclusivamente à Assembleia Legislativa: ... Aprovar os convênios celebrados pelo Governador com a União, os Estados e com os Municípios.

No aspecto fático, cumpre também ressaltar, estes convênios firmados entre os Municípios e o Estado são determinantes do desestímulo financeiro dos professores conveniados em razão do insignificante repasse pecuniário efetuado pelo Estado que posta-se, então, como mero agenciador de verbas, sendo que tais repasses muitas vezes são inferiores ao salário-mínimo.

No que tange ao não oferecimento de ensino público gratuito a todas as crianças em idade escolar do Paraná, o que pode ser inferido pela necessidade de realização de novos concursos públicos para atender um volume de aproximadamente dez mil vagas, este fato é reconhecido pelo próprio Secretário de Estado da Educação, recém empossado pelo Governador Roberto Requião, Pastor Elias Abrahão, em matéria publicada no "Jornal do Estado", e outros, do dia 19 de março do corrente.

Cópia em anexo. Textualmente a matéria contém a afirmação do Secretário de Educação no manifesto: "queremos construir de três a quatro mil salas de aulas, além de contratarmos mais professores".

São palavras do agora Secretário de Educação. Ainda: "Vamos, através de concurso público, para as vagas que ainda faltam ser preenchidas, entre nove e dez mil, normalizar a situação".

Diante das declarações e da realidade reconhecida pelo próprio novo Secretário de Estado da Educação, resta-nos esta indagação: que política administrativa da Educação no Estado do Paraná foi desenvolvida pelo ex-governador Álvaro Dias e sua Secretária Gilda Poli Rocha Loures, quando se sabe que mais de três mil professores abandonaram o Magistério por falta de estímulo e condições mínimas de sobrevivência; quando se sabe que desde 1986 não se realizam concursos públicos de ingresso ao magistério, em desrespeito ao profissional do ensino em sua carreira; quando se sabe que existem vagas para a admissão de aproximadamente 10 mil novos professores por concurso público; quando se sabe que este volume de vagas representa uma demanda não suprida que hoje faz com que aproximadamente 300 mil crianças estejam fora de sala de aula ou, se atendidas, representam um volume superior a 15% do quadro docente público contratado de maneira irregular?

A administração pública do Paraná, por seus agentes político-administrativos, especificamente o ex-Governador, e a ex-Secretária de Estado da Educação, comprometeram-se, como contrapartida ao fim do

movimento grevista deflagrado no ano passado, pelo Ministério Público Estadual e que perdurou por 96 dias, a remunerar todas as aulas repostas com valores relativos ao mês em que o pagamento fosse efetuado.

A categoria do Magistério honrou o acordo e repôs todas as aulas que deixaram de ser ministradas naquele período letivo em razão da mobilização, até 31 de janeiro de 1991; o governo do Estado, por sua vez, ainda não efetuou o pagamento embora promettesse fazê-lo até o dia 15 de fevereiro próximo passado.

O então Governador, Álvaro Dias, que se recusou a negociar com a categoria durante todo o ano letivo passado, numa conduta intransigente que foi marca de seu governo em relação aos professores, afirmou como proposta para o retorno daqueles integrantes do movimento paralista, que somavam mais de 80 mil trabalhadores da Educação, ao trabalho, que toda aula repostada seria remunerada, numa frase que então se tornou célebre: "aula dada, aula paga".

Não pagou. Esta conduta, aliás, vem em consonância a entendimento da administração pública do que deva ser o seu relacionamento com os servidores.

O Artigo 138, inciso IX, da Constituição Estadual que a Educação estatal obedecerá aos princípios da Constituição Federal, e mais, o de "uma remuneração condigna aos professores".

O Governador Álvaro Dias foi responsável pelo rebaixamento do piso da categoria de 03 salários-mínimos para apenas 01 salário-mínimo, num processo claro de sucateamento da Educação e desprestígio do magistério e de desleixo em relação à educação. O piso da categoria só não baixa de 01 salário-mínimo porque é proibida a remuneração com menos de 01 salário-mínimo".

Nós encaminhamos à Comissão de Educação, para que tome as devidas providências quanto à indicação que submetemos a esta Casa.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o nobre Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O primeiro ato do Governador eleito, Roberto Requião, tem o meu apoio desta tribuna, de declarar uma moratória no Estado do Paraná, por 60 dias. Sua Excelência o Governador, inicia o seu mandato com o pé direito. Queremos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, saber as reais condições em que se encontra o Estado do Para-

ná. Temos ouvido, temos lido, a televisão tem divulgado, a imprensa nacional que, além do Estado do Ceará, o Estado do Paraná teria um superávit em seus caixas; funcionalismo em dia, receita e despesa em dia, e nós estranhamos algumas coisas que talvez por esquecimento não foram ditas. Somos sabedores e todos os Senhores Deputados na sua maioria, que têm suas bases eleitorais no interior do Estado, que têm os seus Prefeitos, são sabedores que o Governo passado não pagou o convênio assinado com as Prefeituras para o pagamento dos professores, o mês de dezembro, o 13º, o mês de janeiro, o mês de fevereiro. Que superávit será este, Sr. Presidente, se nós não pagamos as nossas contas; eu posso ter o meu saldo bancário bonito se sou um devedor, se com a propaganda do superávit eu deixei o professor, as prefeituras não tivessem pago a esses funcionários no Natal, não tivesse o filho da professora o direito de receber um presente de Natal ou não poder ter tirado uma semana de férias em janeiro ou fevereiro, quando nós sabemos que a situação nacional e a situação do Estado não são boas.

Fala-se do BANESTADO. Temos aí uma intervenção no BADEP, procura-se extinguir o BRDE. O Sr. Roberto Requião está certo. Nós precisamos fazer um balanço; nós precisamos somar a dívida com o crédito. Nós sabemos que os empreiteiros tiveram um acerto nos últimos dois dias antes da saída do Governo e parece-me que foram feitos compromissos futuros. Nós precisamos saber da situação do Estado. Nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Liderança do Governo leve a Sua Excelência o Sr. Governador, um ato que está prestes a ser realizado: a extinção das delegacias regionais da Fazenda do Estado. No Governo passado nós ponderamos ao Governador Álvaro Dias que não deveria extinguir as coletorias estaduais porque causaria evasão de rendas, principalmente nos nossos municípios da região Sul e Sudoeste, que são fronteiras com Santa Catarina, por onde passa dia e noite, vinte e quatro horas, produtos do Paraná; saindo do nosso Estado sem a divisa, sem pagar o ICMS.

Ontem estivemos numa reunião no Município de General Carneiro, que congrega onze associações de municípios do Paraná, ASSOMPAR, e lá fazia um apelo com a nossa presença, para que solicitássemos desta Casa, ao novo Secretário das Finanças, ao Governador do Estado e transmitir ao Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, que fizesse eco ao Sr. Governador de como iremos melhorar as finanças do Estado se não iremos arrecadar, se os nossos municípios estão empobrecidos e não podem pagar os professores?

Nós precisamos, Srs. Deputados, apoiar

o que for certo do Governo, apoiar aquilo que está em nós que representamos o povo paranaense, solicitando aquilo que eu tenho certeza de que o Governador não é sabedor que a extinção das delegacias de Pato Branco, Irati, União da Vitória e tantos outros municípios, vai favorecer a corrupção, que já existe grandemente nos órgãos da Secretaria da Fazenda: fiscais ganhando "bola", recebendo propinas, para liberar, nós sabemos até os dias e horas em que os caminhões passam na divisa com São Paulo, das firmas de Santa Catarina que não existe CGC no comércio de frigoríficos. Nós sabemos e eu já tive oportunidade de dizer ao Governador, em um encontro que tivemos em Foz do Iguaçu, da corrupção que existia nos órgãos da Fazenda. Não é acabando com as delegacias, mas simplesmente moralizando-as.

Eu estarei aqui, ao lado do Governador do Paraná, para denunciar a corrupção e para, ao lado dos meus prefeitos, ajudarmos a fiscalização para que o Governo arrecade para poder pagar melhor os nossos funcionários. E cumprimento novamente o Governador que disse que não vai atrasar os salários dos funcionários.

Eu peço à Liderança do Governo que leve este reclamo, não só da extinção das delegacias, mas também para que o Governo, ao lado do não atraso no pagamento dos senhores funcionários, que também repasse às Prefeituras essa dívida de três ou quatro meses em que o nosso funcionalismo, os professores, pequeninos no salário, bem pequenininho Deputado Paulo Maia, que lá, apesar do convênio não recebem, as prefeituras ficam como más pagadoras e esses funcionários não recebem no início de suas aulas o que trabalharam no ano passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Tem a palavra o nobre Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fui surpreendido no discurso do Deputado Algaci Túlio, quando Sua Excelência comunica a esta Casa que, em virtude de uma Ação Popular, a Justiça concedeu liminar contra a eficácia certamente, da lei votada por esta Casa, em decorrência de Mensagem do Sr. Governador Álvaro Dias, que pedia a saída do Paraná do CODESUL. Esta Assembléia acompanhou de perto e com a responsabilidade que lhe coube, durante o período de apreciação da Mensagem do Sr. Governador, que eu me referi, que pedia então que o Paraná saísse do sistema do BRDE e a Assembléia votou e ainda percebo,

inclusive o meu voto foi favorável à Mensagem do Sr. Governador, porque ele argumentava que havia um compromisso do Governo do Estado com o Banco Central, para que o Estado pusesse fim à dualidade que existia no Paraná, de dois Bancos de Desenvolvimento.

Mas o episódio não se encerra aí. Eu inclusive sobre a Comissão presidida pelo Deputado Neivo Beraldin, Deputado Algaci Túlio o vice-Presidente, Relator foi o Deputado Rubens Bueno, estivemos em Brasília, no Banco Central, onde fomos buscar algumas informações valiosíssimas acerca do assunto.

Muitos Parlamentares manifestaram opiniões diversas, divergentes sobre a extinção do BADEP, a saída do BRDE, discussão que me traz à tribuna, porque ela não se concluiu, porque pedida pelo Sr. Governador Álvaro Dias a extinção do BADEP, como também a saída do BRDE, não ficou nenhum Banco de Desenvolvimento para substituir qualquer um deles. Fala-se que provavelmente seja criada uma carteira no BANESTADO com esta finalidade, isto é, para substituir a Ação de Desenvolvimento do Estado, mas efetivamente ainda não aconteceu.

Eu, pessoalmente, tenho um respeito muito grande pelos longos anos que eu conheço, o Sr. Celso da Costa Sabóia, ex-Deputado Federal, ex-Presidente do BANESTADO, ex-Presidente do BADEP, ex-Diretor do BRDE e do Banco Central, vem ao longo dessa discussão tendo um discurso único e não só através da palavra, mas tem o Sr. Celso da Costa Sabóia assinado documentos pelo que fala em todas as ocasiões, inclusive aqui quando o Deputado Rafael Greca convidou autoridades do setor financeiro do Estado para, inclusive BRDE, BADEP, serem aqui discutidos esses assuntos, o Dr. Celso Sabóia aqui esteve, pronunciou-se, foi inquerido por vários Parlamentares e noto, percebo no Dr. Celso Costa Sabóia uma firmeza que me impressiona, daí a minha presença aqui.

Estas coisas aconteceram no final do Governo Álvaro Dias, a proposta de liquidação extrajudicial do BADEP e também a saída do BRDE do Paraná, sem contudo ficar decididamente criada ou oficialmente criada uma carteira no BANESTADO.

Eu queria, Srs. Parlamentares, proceder à leitura pelo menos em parte, de trechos de um artigo que publica o jornal "Indústria & Comércio" desta Capital, publicado no dia 15 de março de 91, assinado pelo Dr. Celso da Costa Sabóia, cujo título é uma interrogação: "Afim, quem fraudou o BADEP?"

Também quero, antes de proceder à leitura de alguns trechos, dizer que não me traz aqui, não me move nenhum desejo de

crítica ao ex-Governador Álvaro Dias, mesmo porque eu não teria autoridade para isto, porque no último ano, a nossa bancada e eu, votamos em quase todas as Mensagens do Sr. Governador, os seus vetos, com raríssimas exceções.

Então, aqui venho despedido de qualquer outra intenção, se não de modestamente trazer uma contribuição da Assembléia Legislativa para a reflexão desse Governador que se instala agora nesses primeiros dias de Governo, que ainda é hora e tempo de analisar, de decidir qual o melhor caminho para decisão de tamanha envergadura.

Passo a ler, Sr. Presidente. Inicia o artigo com palavras do Sr. Governador (Lê).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tramita nas Comissões Técnicas desta Casa, e me parece que ainda na CCJ, com o Deputado relator Nelson Justus, a Mensagem nº 03/91, de 15 de fevereiro de 91, do ex-Governador Álvaro Dias, que diz em sua mensagem que o plano de leis submetido à augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, sendo indiscutivelmente oportuno e necessário a fim de que as funções e administração do mencionado Fundo de Desenvolvimento Estadual, que passarão a ser exercidas pelo Banco do Estado do Paraná, não sofram interrupção em face da liquidação extrajudicial do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, BADEP.

Diz a nossa Constituição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no art. 58, que descreveu os recursos de que trata o art. 142, desta Constituição, que serão geridos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico, FDE, na forma da lei complementar. E ainda o art. 142 da Constituição, diz que as parcelas de recursos assegurados nos termos da lei federal, o Estado como participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e outros recursos minerais em seu território, ou como compensação financeira por esta exploração, serão aplicados e distribuídos na forma, nos prazos e nos critérios definidos em lei complementar estadual.

Com isto, Srs. Deputados, é entendimento deste Deputado de que é necessária uma definição urgente acerca do Banco de Desenvolvimento do Paraná, ou se verifica a conveniência de se criar no BANESTADO uma carteira específica, ou se reexamina a questão BADEP, BRDE.

Reiterando minhas palavras iniciais não tenho nenhuma intenção de vir aqui trazer, com isto, qualquer crítica ao Sr. Álvaro Dias, mas acho que este assunto, pela sua importância, deve ser tratado agora, pelo atual Governo de Roberto Re-

quião, já que os fatos são evidentes. Inclusive a mensagem que esta Casa está apreciando, quando transfere a competência da administração do Fundo de Desenvolvimento para o Banestado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Para fazer eco às suas palavras inicialmente teríamos comentado a situação do BRDE. É oportuno o assunto que V. Exa. traz a este plenário porque, segundo informação que tive, o Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva teria solicitado o retorno da mensagem da extinção do BADEP para uma análise mais profunda. Parece-me que é por aí que a coisa deve começar. E nós, V. Exa. e eu, que participamos daquela Comissão Especial do BRDE, V. Exa. que sempre tem discutido a situação do BADEP precisamos, na verdade, exigir e solicitar do novo Governador uma reflexão mais profunda a respeito da situação. Ou se mantém um dos dois, ou se mantém os dois. Não é importante para o Paraná que desapareçam os dois bancos de fomento, os dois bancos de desenvolvimento num momento em que sabemos que há necessidade de reforço, de união dos Estados do Sul. Se Rio Grande do Sul, Santa Catarina, mantêm os bancos... Os próprios Deputados Federais da bancada do Paraná, com os Senadores, estiveram junto ao Banco Central e ao Presidente da República procurando rever a situação do BRDE, também temos esta obrigação de rever esta situação, não só do BRDE mas, principalmente, do BADEP também.

Parabenizo pelo assunto que V. Exa. traz hoje ao plenário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado, Deputado Algaci Túlio, que presidiu também a Comissão que tratou deste assunto não só aqui, como em Brasília e que acompanhou de perto. A questão é muito polêmica, de opiniões divergentes.

Agora não podemos mais e inclusive meu voto foi contrário ao parecer final do Relator, porque ele propunha a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que procedesse a estes levantamentos. Acho que não há mais tempo. Agora é preciso que se decida. E que eu, - repito, venho aqui para que o Sr. Roberto Requião escute pessoas do nível do Sr. Sabóia sobre este assunto, pela sua relevância. Se BRDE, se BADEP se Banestado, quem vai encaminhar e a responsabilidade maior é do Executivo, todos sabemos.

Agora o que eu repito é que não se pode mais deixar como está sem podermos repassar os recursos do BNDES - o único recurso, a longo prazo, de juros baixos que

os Estados dispõem e que o Paraná está aí de braços cruzados.

O SR. NELSON JUSTUS - Obrigado pelo aparte Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Quero, Deputado Basílio Zanusso, me congratular com o Senhor porque efetivamente é uma preocupação muito grande que tem hoje não só a classe política do Estado mas a classe empresarial. E esta Casa de Leis tem que, efetivamente, se pronunciar a respeito.

O que vale dizer neste instante, é que a Mensagem do Sr. Governador pedindo a transferência do FDE do Badep para o Banco do Estado, nada tem a ver com a liquidação extrajudicial do Badep. O Fundo tem personalidade jurídica própria. E, como tal, pode ser gerido por essa ou aquela instituição. No entanto, o que é mais importante é que esse Fundo está, subjetivamente, muito interligado à liquidação extrajudicial do Banco. E é exatamente aí que nós parlamentares, todas as lideranças empresariais, enfim, todas as lideranças do Estado devem se pronunciar efetivamente sobre, não à legalidade da questão, mas sobre os benefícios que o Estado teria com esta liquidação ou não.

Nós, inclusive, pretendemos amanhã fazer um pronunciamento a respeito uma vez que fomos convidados para relatar este projeto da transferência do Fundo e aí podemos analisar a coisa com mais profundidade.

Mas o que é importante se analisar é que a classe política como um todo não pode, de maneira nenhuma, ficar calada diante de uma questão meramente política, até porque não pudemos até o presente momento chegar à conclusão de que efetivamente - e aí corroborando com o que diz o Dr. Celso Sabóia - quem ganha com a liquidação do BADEP? Quem perde, nós sabemos: o Estado. Por isto eu me congratulo com o Sr. e acho que este tipo de pronunciamento, não só nesta Casa, mas principalmente através de toda imprensa, deveria ser seguido por todos os Parlamentares para que nós pudéssemos aproveitar esta brecha da Mensagem do Governador, para não, talvez, ressuscitar um morto, mas para mostrar à classe empresarial e à opinião pública que esta Casa em momento algum corroborou com a extinção do nosso BADEP.

Agradeço o aparte de V. Exa. e o parabênz pela oportuna interveniência neste caso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, Deputado Nelson Justus, o seu aparte só veio enriquecer as nossas palavras, o nosso pronunciamento, que não tem um outro objetivo senão este que já falei.

Esta Casa não pode se omitir neste momento. Não pode dizer que desconhece, porque o assunto realmente é muito grave. E quando se fala que a transferência da administração do Fundo do BADEP para o BANESTADO não tem muito a ver com o Banco de Desenvolvimento, eu digo que tem. Inclusive com dispositivo constitucional. Porque o que está em mira, o que se está de olho aí, são nos dólares dos "royalties" que devem ser destinados ao Fundo de Desenvolvimento, conforme dispõe a própria Constituição do Estado.

O SR. ERNANI PUDELL - Não foi outra razão que a nossa Bancada também já extremamente preocupada, não só com a questão do BADEP, mas, de um modo geral, com as finanças públicas, propôs a esta Casa a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar várias outras situações que estão diretamente relacionadas, por exemplo, com o BADEP, que, como gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico, e sabemos disso, em muitas ocasiões colocava óbices e exigia determinadas condições para aprovar determinados projetos que transferiam recursos públicos do Fundo de Desenvolvimento Econômico a determinadas entidades e empresas privadas.

E foi, me parece também, pela resistência, por esses óbices que o Badep colocava, é que o nosso Governador entendeu por bem se livrar desse obstáculo. E note bem Deputado, o nosso Governador que recebeu o Estado dia 15 agora, já suspende os pagamentos para todas as empreiteiras do Estado, para todos os credores, ele suspendeu os pagamentos. Quer dizer, a situação econômica não está tão boa como apregoava o nosso Governador.

E, veja mais, se nós formos mais além eu hoje, vi surpreendido num jornal lá do Sudoeste, uma matéria que saiu da própria assessoria de comunicação lá do Palácio, falando dos feitos do Governador, inaugurando obras etc..., nessa matéria tem um fato que me chamou a atenção, uma estrada de 14 Km, que liga o município de Pérola do Oeste e Praxita 14 Km custou 3.6 bilhões de cruzeiros aos cofres públicos. Eu tive o cuidado de fazer um cálculo, isso significa que essa estrada custou um milhão de dólares o quilômetro; é mais cara que a Norte-Sul, com trem e tudo...

Para se ter uma idéia, nós sabemos também que o BADEP teve problemas com o Governador em relação a tal operação triangular com as empreiteiras, etc... De forma que essa preocupação, nós comungamos também, eu acho que nós temos que ir a fundo da questão. Porque o que me parece, pelo menos é a impressão que nós estamos tendo, pelos indícios que estão se formando, é que hoje na verdade a extinção do

BADEP se trata de uma queima de arquivos. Quer dizer, evitar que o BADEP, pela sua postura de resistência a determinadas posições e a determinadas maneiras de agir do nosso Governo, ele acabou sendo inconveniente ao Governo do Estado, não a esse Governo que saiu, por outro lado, nós temos que tomar muito cuidado, e aí, nós queremos comungar das suas afirmações, que nós temos que tomar muito cuidado para evitar que a gente perca nosso único Banco de Fomento, e eu tenho as minhas dúvidas se uma carteira localizada, dentro do Banco do Estado do Paraná, que é um Banco Comercial, com uma outra cultura, uma cultura imediatista, formada na especulação financeira, e etc... terá condições de gerir esses recursos não só dos Royalties, como do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Então, quero me congratular com o pronunciamento de V. Exas, e também dizer que nós, a Bancada do Partido dos Trabalhadores e do PSB, comungamos dessa preocupação.

Nós apenas achamos que a gente tem que fazer um levantamento um pouco mais amplo, para nós termos condições de entender realmente esse processo todo, as causas que levaram o pedido de liquidação do BADEP.

Era isso, e muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado, agradeço o aparte de V. Exa. vindo do PT, para, finalizando, dizer que este assunto não é de nenhuma Bancada, de nenhum Partido.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

PDT - (DECLINA)

PTB - (DECLINA)

PRN - (DECLINA)

PL - (DECLINA)

PT - (DECLINA)

PSDB - (DECLINA)

PMDB - (DECLINA)

De acordo com o que estabelece o artigo 53, encaminhadas as disposições Constitucionais transitórias, a Mesa indica para a vaga no Tribunal de Contas, está comunicado a esta Casa, por S. Exa. o Sr. Presidente do Tribunal de Contas Sr. João Cândido Silva Pereira, o Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes do término da sessão, a Presidência vai indicar os membros que constituirão a Comissão de cinco Srs. Deputados, para emitir Parecer, na indicação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está en-

cerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do P.T.B., constante do expediente, comunicando que a partir desta data solicito a substituição do meu cargo na Comissão de Constituição e Justiça, passando ao Senhor Deputado Nilton César Servo. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do P.S.B., constante do expediente, indicando à Comissão de Educação, Cultura e Esportes no sentido de que promova estudos sobre problemas de interesse público de sua competência, nos termos do artigo 33, inciso II, da mesma Resolução. À Diretoria Legislativa, para distribuição à Comissão competente em atendimento ao disposto no § 2º do artigo 128, do Regimento Interno.

Projeto de Decreto Legislativo nº 01/91, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO do projeto de lei n° 021/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede título de cidadania honorária do Paraná ao senhor Cláudio Lachini. Com parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem): Eu estive olhando o artigo 215 do Regimento Interno, que fala sobre os projetos vetados. Parece-me que a determinação constante do parágrafo 3º do artigo 215 é clara no sentido de que os vetos encaminhados a esta Casa devem ser apreciados em 30 dias, a partir do início da legislatura. No caso, nós tivemos início dia 15 de fevereiro passado e se ele não for analisado nestes trinta dias, necessariamente o veto deve ser colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

Nós temos conhecimento de que existem vários vetos a serem apreciados por esta Casa e o prazo, nos parece, encerrou ontem. O prazo de que fala o parágrafo 3º do artigo 215 do Regimento Interno.

Então, nós gostaríamos de ter esclarecimento por parte de V. Exa e se, efetivamente, os nossos cálculos estiverem corretos, requerer que sejam retirados da Ordem do Dia os projetos que estão constantes da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, na sessão de ontem, decidiu com o apoio do Plenário, que os vetos apostos pelo Senhor Governador do Estado, que receberem Parecer pelo arquivamento, serão arquivados na própria comissão, desde que o Deputado interessado não recorra para o Plenário.

Entretanto, vai examinar as ponderações de V. Exa e se for o caso, se os Vetos estiverem em condições ou de acordo com o que V. Exa. falou no Plenário, nós incluiremos na Sessão de amanhã.

2ª DISCUSSÃO do projeto de resolução n° 015/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o memorial descritivo contido no artigo 1º da resolução n° 058/90, de 28.08.90. Com parecer favorável da C.C.J.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO do projeto de lei n° 19/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 04/91), que cria, no quadro de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, empregos na forma do anexo que

integra a presente lei. Com pareceres favoráveis da C.F. e C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. n° 07 de 21.02.91).

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 019/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental N° 04/91, visa criar no Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, os empregos que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto legal e constitucional da matéria opinou FAVORÁVELMENTE a mesma, por entender estar essa em conformidade com a Constituição Estadual, em seu inc. XVI, do seu art. 85.

Esta Comissão foi chamada a opinar, já que a matéria contida no presente projeto de lei insere no disposto do §3º, do art. 33 do Regimento Interno desta Casa, que reza da competência da Comissão de Finanças.

Por outro lado, na matéria em questão encontramos os superiores interesses do Poder Executivo e da própria comunidade paranaense, já que os empregos cuja criação é pretendida, serão destinados à TV Educativa que deles necessita não só para o pleno desenvolvimento de suas atividades, como também para o melhor atendimento às relevantes funções que a referida TV deverá prestar à Comunidade.

Assim sendo, nos posicionamos FAVORÁVELMENTE à Aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.03.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 019/91

P A R E C E R:

Oriundo da mensagem N° 04/91, o presente plano de lei objetiva criar no Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, os empregos que especifica.

Dentro da exposição de motivos apresentada no Projeto de Lei em tela, encontramos nela os superiores interesses da Administração Pública, já que os empregos criados destinam-se a TV Educativa que deles necessita para dar melhor atendimento às suas funções junto à nossa Comunidade.

Analisada a matéria no seu aspecto constitucional, entendemos que a mesma encontra-se em conformidade com a Constituição Estadual, em seu inc. XVI, do artigo

87, que diz ser da competência do Chefe do Poder Executivo a matéria em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

1.^a DISCUSSÃO do projeto de resolução n° 19/91, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas da aplicação de dotação de subvenção social dos Deputados, referentes ao exercício de 1990, regulamentada pela resolução n° 55/83, de 03.10.83. Com parecer favorável da C.T.C.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 19/91

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Artigo Único - São aprovadas as contas da aplicação de Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1.990, regulamentada pela Resolução 55/83 de 03 de outubro de 1.983, conforme Ofício n° 01/CEAS/91 de 31 de janeiro de 1.991.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N° 031/91

P A R E C E R:

A presente proposição tem por finalidade a prestação de contas da aplicação da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, regulamentada pela Resolução n° 55/83 de 03 de outubro de 1.983, referente ao exercício de 1.990, conforme ofício n° 01/CEAS/91 de 31 de janeiro de 1.991.

Faz a Diretoria Financeira, através da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, um relato explanativo sobre a movimentação de créditos, movimento de Caixa Bancária e, relação de cheques emitidos e não descontados até 31 de dezembro de 1.990, citando nominalmente os Senhores Deputados e suas aplicações, quanto ao uso da Verba de Assistência Social, relativa ao mesmo exercício.

Conforme a documentação apresentada está tudo em ordem, obedecendo a Regulamentação da Resolução 55/83, razão pela qual, emitimos Parecer FAVORÁVEL à sua aprovação pelos doutos membros da Comissão de Tomada de Contas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.03.91

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, eu gostaria que ficasse registrado o voto contrário da Bancada do PT na aprovação da Tomada de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

Sobre a Mesa, requerimento de n° 454, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 457, de autoria dos Senhores Deputados Ademar Traiano e Dobrandino da Silva, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 435, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 437, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 438, 439, 440, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 441, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 449, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 450, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 451, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 447, 448, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 452, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Florisvaldo Fier, com apoio dos Senhores Deputados José Afonso Júnior, Rafael Greca de Macedo, Paulo Maia e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 453, 455, 456, 459, 460, 461, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 462, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, antes que Vossa Excelência declare o final da presente sessão, nós pretendemos convidar os Senhores Deputados que já integram o Bloco Agropecuário e aqueles que porventura tenham interesse de integrá-lo, para que amanhã às 10:30 horas, num dos plenarinhos do prédio novo, nós prossigamos a reunião iniciada há alguns dias atrás, quando teve também início a discussão sobre a Lei Agrícola Estadual.

Desde aquela oportunidade até hoje, os técnicos que nos assessoram até hoje, técnicos da Secretaria da Agricultura, FAEP, CETAEP, OCEPAR, estão trabalhando e já nos produziram inclusive uma minuta acerca do que se pretende em termos de Lei Agrícola Estadual.

Amanhã nós queremos dar conta desse trabalho e a partir daí iniciarmos, de fato, a discussão da Lei Agrícola do Estado do Paraná.

Portanto amanhã, às 10:30 horas, num dos plenarinhos do anexo Tancredo Neves, nós esperamos contar com a presença dos Deputados do Bloco Parlamentar Agropecuário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De acordo com o artigo 216 do Regimento Interno, designo Comissão Especial de cinco membros, para emitir Parecer sobre a indicação do Deputado Artagão Mattos Leão, para o Tribunal de Contas, no prazo de três dias.

A Comissão é a seguinte: Deputado Colombino Grassano, Presidente, Cezar Silvestri, José Afonso Júnior, Plauto Miró Guimarães e Durval Amaral, que irão obedecer o que preceituam os Artigos 216, 217, 218, 219, 220.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 019/91;
e do Projeto de Resolução n° 019/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 016/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 19 DE MARÇO DE 1991.

AFICTF - SINDI/SEAB

UMA CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DO ITCF

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A cada sucessão de governo no Estado têm importado em instabilidade institucional do ITCF. Agora não é diferente. Em 1986, frente a proposta de extinção/seccionamento do ITCF os trabalhadores elaboraram um trabalho exaustivo e complexo, restando demonstrado os prejuízos à população que tal conduta importaria. Em 1990, com a implementação da 3.^a etapa da Reforma Administrativa, novamente o assunto entrou em pauta, com proposta de unificação dos órgãos ambientais (SUREHMA / SUCEAM / ITCF) dando origem ao IPAMA. Neste momento, encontra-se em estudo o fortalecimento da questão ambiental e, de novo, o ITCF poderá sofrer um seccionamento ou sua desvinculação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, criando-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente, na qual o ITCF e outros órgãos que tratam da questão ecológica estariam vinculados. Todos os documentos e contribuições foram remetidos ao Governo do Estado para sua análise e deliberação.

É bom frisar que os servidores do ITCF reconhecem a necessidade da promoção de uma Reforma Administrativa que objetive a racionalização e a modernização dos serviços públicos para a melhoria do atendimento das demandas sociais que devem ser atendidas pelo Estado.

Todavia, os Servidores reclamam a si o direito e o dever de participar, democraticamente, do processo de tomada de decisões que implicam alterações, não só no esquema de cumprimento das suas obrigações funcionais, mas, também, porque representarão alterações de nova convivência social/institucional.

Nestes termos, os Servidores sustentam e ratificam a posição e o entendimento, desde há muito assumidos, da necessidade de manutenção da unicidade do ITCF como um órgão integrado e da continuidade e desenvolvimento das suas atividades de Regularização Fundiária, Cartografia Oficial do Estado e preservação dos Recursos Naturais Renováveis, e da manutenção do seu Quadro de Pessoal, independente da sua vinculação administrativa.

JUSTIFICATIVAS

O ITCF, através dos órgãos que o antecederam, constitui-se em instituição pública das mais tradicionais junto à administração estadual, bem como, junto à toda a comunidade paranaense. Representa também inestimável repositório de conhecimentos da evolução histórica da formação do Estado do Paraná.

Sinteticamente, a manutenção da unicidade e da continuidade e desenvolvimento das atividades e atribuições do ITCF, independente da sua vinculação administrati-

va, se assegura por diversos aspectos como:

- O ITCF está presente em todas as regiões do Estado, em 34 unidades de administração descentralizada (regionais e locais), sendo de amplo conhecimento e do público em geral, as atividades que o órgão desenvolve;

- os diversos setores da estrutura organizacional do ITCF são interdependentes e devidamente integralizados;

- um seccionamento dos setores estruturais do ITCF seguramente representará considerável necessidade de recursos públicos para a implementação de novas instituições, cujo custo será, inquestionavelmente, superior que ao de uma racional estruturação do órgão;

- as eventuais deficiências funcionais que o ITCF está enfrentando são de origem conjuntural e em absoluto, não representam uma disfunção do órgão;

- o ITCF é um órgão caracteristicamente prestador de serviços ao qual a população paranaense ocorre sistematicamente para o atendimento das suas necessidades das mais diferentes naturezas, em especial a questão ambiental;

- o ITCF é órgão de renome que extrapola as fronteiras paranaenses, tendo servido de modelo e exemplo a uma gama de organizações tanto de ordem pública como da iniciativa privada;

- o ITCF por si mesmo, ante a história das suas origens, representa também o produto de uma Reforma Administrativa, já que é o resultado da incorporação de extintos órgãos que desempenhavam funções afins;

- numa visão atual se preconiza uma integração dos aspectos produtivos com os ambientais, determinando a integração das ações públicas, dissipando-se a visão segmentada das questões como solo, água, flora e fauna. E é exatamente com este espírito que o ITCF vem executando seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores do ITCF, dentro do espírito de uma Reforma Administrativa racional, entendem como procedente a discussão/implementação acerca da unificação das atividades ambientais, desde que fiquem assegurados os princípios básicos já externados no sentido de: sustentação da unicidade institucional; continuidade e desenvolvimento das suas atividades e, manutenção dos seus Quadros de Pessoal, independente de sua vinculação administrativa.

Há que se destacar a posição relativa à manutenção dos seus Quadros de Pessoal porque é inegável que as suas respectivas estruturas de pessoal já apresentam deficiência numérica ante a crescente demanda

de serviços reclamados pela sociedade em geral.

O entendimento da procedência da proposta de reunificação das atividades dos órgãos ambientais, se dá em razão dela representar uma série de aspectos positivos que resultarão em economia de custos e racionalização operacional, conforme os destaques principais seguintes:

- o caráter fundacional do ITCF permite uma flexibilização administrativa que implica em agilidade gerencial e viabilização na captação de recursos financeiros e materiais fora da esfera da Administração Pública e do Tesouro Estadual;

- o ITCF possui uma administração descentralizada com abrangência em todo o território paranaense, o que possibilita a ampliação das atividades de controle de qualidade das águas e do ar, para todo o Paraná;

- a compatibilização funcional e estrutural das atividades possibilitará, além da sua ampliação e intensificação, considerável economia de custos ante a utilização dos equipamentos já disponíveis;

- a racionalização da estrutura organizacional que resultará dessa unificação / desvinculação implica, obrigatoriamente na sua revisão, a qual possibilitará a redução de custos administrativos com a supressão de setores que se superponham ou que fiquem superdimensionados.

Todavia, os Servidores do ITCF, reclamam o seu direito de tomada de assento junto à qualquer Comissão que trate da questão da unificação das atividades de órgãos ambientais do Estado, bem assim da vinculação administrativa, e propugnam pela concessão de um espaço de tempo maior dentro dos termos já esposados, com o intuito de aprimorar o processo da sua participação na tomada de decisões que implicarão em alterações nos seus esquemas e estrutura de relacionamento funcional e social/administrativo.

Curitiba, março/91.

AFITCF - SINDI/SEAB

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 19 DE MARÇO DE 1991.

REFLEXÕES PARA 1991

Prof. Demian Castro

"A crise econômica e a inflação sistêmica no País obrigaram a sociedade a fazer da economia um terreno a depositar suas urgências. Para a grande maioria da população, o reino da necessidade prevaleceu sobre as outras possíveis dimensões da vida, na sua forma mais crua. A razão eco-

nômica tornou-se matéria obrigatória a constar das infinitas agendas públicas e privadas, via crucis equidistante do paraíso ou do inferno.

Elevado, pelo caminho da tragédia cotidiana, o tal posto hierárquico, o campo da economia fez com que os economistas, por opção, erro ou obrigação, assumissem o falso poder dos semideuses.

Ao longo dos anos, o País foi submetido a toda sorte de remédios, que, numa época não muito longínqua, saíam de prateleiras ortodoxas ou heterodoxas, divisão esta que acabou se demonstrando inútil. A realidade encarregou-se de fazer desmoronar a frágil fronteira epistemológica que tinha se erguido entre elas. Ainda é maior o distanciamento entre a alopatia e a homeopatia.

Apesar da rígida política monetária, das taxas de juros elevadas e da recessão, o governo não conseguiu vencer a inflação, que se encontra no patamar dos 20%. Nesse sentido, algumas indagações merecem destaque: existe ainda no inventário do instrumental econômico alguma fórmula para eliminar a inflação, ou, pelo contrário, a inflação não terá, por acaso, um forte componente político estrutural requerendo, portanto, uma inexorável solução política?

Que vínculos possíveis existem entre a inflação crônica e a fragmentação da sociedade?

Certamente esse é um caminho polêmico e desde já é oportuno esclarecer que não se está sugerindo que o desenrolar das variáveis econômicas seja indiferente a qualquer tipo de política econômica. Entretanto, a cegueira coletiva em relação ao papel crucial dos componentes políticos da inflação crônica e a da recessão acabam elevando extraordinariamente os custos sociais de políticas econômicas intencionalmente recessivas.

Assumindo o risco do exagero, é lícito afirmar que a conjuntura atual revela a insuficiência ou inoperância da "razão econômica" para combater um fenômeno econômico de origem política, ou, agora exagerando, que é quase tão íntimo das relações econômicas quanto o seu caráter mercantil. As chamadas experiências heterodoxas fracassaram muito mais por falta de consistência e transparência políticas que por equívocos dos diagnósticos em que se assentavam.

Durante décadas, a fartura de créditos externos conseguiu camuflar, numa fuga para frente, o anacronismo e a debilidade do ser social e político a ocupar o País. Afinal de contas, fazer o bolo crescer para depois distribuir sintetizava o objetivo de construir um gigante frágil com uma estrutura produtiva moderna lado a lado a níveis fantásticos de desigualdade e ex-

clusão social. Aqueles que se apropriaram e que conduziram as modernas forças produtivas se acostumaram a transitar na própria riqueza sem visão da Nação. A atomização e corporativização dos interesses dominantes explicitaram, por assim dizer, o reinado do individualismo outrance desprovido de direitos sociais abrangentes ou de bens públicos disponíveis a absolutamente toda a população.

Infelizmente, o expressivo crescimento e a distribuição antagonizaram-se de forma acentuada na história do País. Talvez não se tenha dimensionado e avaliado corretamente as íntimas relações de dependência mútua entre a construção de uma indústria apta para a produção de massa e o desenvolvimento dos mercados consumidores de massa. Os dados sobre concentração da renda e riqueza das décadas de 70 e 80, a não ser raríssimas exceções temporais, cansam de mostrar uma perversidade absurda. Desconheceram os ideólogos daqui que, nas grandes economias de mercado, a estabilidade (que inclui uma moeda forte e estável) encontra um grande aliado na regularidade dos fluxos de gastos dos consumidores assalariados. O leitor recordará com admiração as idéias dos pioneiros da CEPAL quando apontavam o tema vital da distribuição dos frutos do progresso técnico.

No interior do Estado, processavam-se as condições de entrada e estabelecimento dos investimentos e financiamentos externos e, ao mesmo tempo, intermediava-se o vácuo entre o crescimento econômico e a distribuição direta e indireta da renda. O forte estado autoritário e centralizador produzia e garantia estabilidade. Por isso, o livre mercado no País é simultaneamente público e privado, ou, em outras palavras, o setor privado é, até hoje, tão organicamente vinculado ao setor público. Basta imaginar quantos segmentos econômicos produtivos privados sustentaram-se e beneficiaram-se dos efeitos aceleradores e multiplicadores dos gastos públicos especialmente com investimentos.

A interrupção dos fluxos externos de financiamentos e investimentos e o peso do extraordinário endividamento minaram até a exaustão a capacidade dinamizadora e/ou estabilizadora do Estado na economia, deixando a Nação sem um agente capaz de responder pelo crescimento. O círculo econômico do comércio exterior e da dívida externa, nesta última década de queda da formação brutal de capital, contribuiu para o esgotamento progressivo da economia e para o debilitamento e decadência do padrão monetário a vigorar no País.

A inflação, portanto, não deixa de ser um espelho a mostrar a enorme fragmentação da sociedade e a incapacidade coletiva de olhar para o futuro. Recompôr ou construir

um ambiente de confiança para o crescimento e distribuição ampliada da renda e da riqueza, aprofundando os fundamentos democráticos, é o grande desafio da sociedade brasileira.

Em 1990, verificou-se uma perigosa desconexão entre a gestão política e a gestão econômica.

Nesse sentido, 1990 foi um ano pouco alentador. Além de forte e intencionalmente recessivo, verificou-se uma perigosa e quase completa desconexão entre a gestão política e a gestão econômica. A falta de suporte político interno da negociação da dívida externa pautada na capacidade de pagamento é um bom exemplo.

Em termos gerais, o que se pode esperar de 1991? Usando como parâmetro 1990, é possível apontar cinco projeções relevantes que podem se combinar livremente:

- a) a recessão e a inflação dominarão mais e mais o cenário nacional, quanto maior a desconexão entre a gestão política e a gestão econômica;
- b) a política econômica continuará procurando ajustes fiscais por diversos motivos, entre eles: a recessão e a queda das receitas; a adaptação da União aos termos da reforma tributária consagrada na Constituição de 1988; manutenção, a todo custo, dos equilíbrios fiscais ou superávits para sustentar a negociação da dívida externa, etc. A meta, sempre revista do

ajuste fiscal, significará, para os estados e municípios, maior aperto na gestão das operações de crédito envolvendo qualquer tipo de endividamento com a União;

- c) o quadro recessivo-inflacionário afetará negativamente a arrecadação tributária dos estados e municípios;
- d) aumento das tensões sociais naturais num ambiente econômico prolongadamente recessivo;
- e) negociações externas dolorosamente demoradas.

Restam ainda algumas indagações importantes sobre a política econômica de 1991. Como o governo pretende compatibilizar a austeridade monetária com a devolução do dinheiro retido? Qual será o uso e o peso econômico dos certificados de privatização? Como será encaminhada a discussão e votação da lei complementar que irá regular o sistema financeiro nacional?

Finalmente, setores vitais para o futuro da economia e da sociedade, tais como alimentação, educação, saúde, transportes, habitação, ciência e tecnologia, energia elétrica e telecomunicações estão a exigir um maciço programa de investimentos com metas e objetivos estabelecidos pela sociedade. Hoje, mais do que nunca, essa questão demanda um enfrentamento lucidamente politizado, desprovido do mero corporativismo. Afinal de contas, nada há de mais político do que o futuro do país e os esforços condizentes a gerar bem-estar social."